

Teresa Nunes

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Portugal e o Panlatinismo: da Aliança Latina à emergência da Grande Guerra (1885-1918)

Marc-Amédée Gromier's proposal brought together Portuguese political trends of different nature in favour of national integration in an integrative pattern, tending to the formation of a unified Latin bloc, capable of matching the economic dynamics and political ascendancy of the German and English Empires in the Old World and, by extension, in regional areas under the tutelage or influence of other European imperial systems. The vision of Latin Europe, attached to Gromier's perspective, carried in the national political space and discourse: disconnected from the question of regime, resurfaced fully in the debate on Portuguese participation in the Great War, a context of reformulation of the basic foundations of Latin Europe and its role in the conflict and in the subsequent world order.

Keywords : Portugal, Panlatinism, Latin Europe

A proposta de Marc-Amédée Gromier concitava tendências políticas portuguesas de feição díspar em prol da integração nacional num padrão integrador, tendente à formação de um bloco latino uno, capaz de ombrear com as dinâmicas económicas e ascendência política dos Impérios Alemão e Inglês no Velho Mundo e, por extensão, nas áreas regionais de tutela ou influência dos demais sistemas imperiais europeus. A visão da Europa Latina, afeita à perspectiva de Gromier, carreu no espaço e discurso políticos nacionais: desvinculada da questão de regime, ressurgia plenamente no debate sobre a participação portuguesa na Grande Guerra, um contexto de reformulação dos fundamentos basilares sobre a Europa Latina e o seu papel no conflito e na ordem mundial subsequente ao mesmo.

Palavras-Chave: Portugal, Panlatinismo, Europa Latina

Portugal e o Panlatinismo – Introdução

A assunção de uma ordem europeia, concebida após a falência do modelo imperial napoleónico, impeliu a afirmação de uma corrente política, estribada nos debates setecentistas sobre o legado latino e a matriz identitária, aglutinante de nacionalidades europeias independentes e diferenciadas, representativas da perenidade histórica, linguística, cultural e institucional do Império Romano do Ocidente. Na primeira metade de Oitocentos, este articulado político baseou-se nas características geopolíticas do mapa europeu determinadas pelos grandes impérios continentais, pelo sistema colonial britânico e pela assunção política crescente da Prússia¹. Consequentemente, o panlatinismo germinou na esteira dos valores associados à Revolução – a noção de nacionalismo fundado nos princípios de soberania, cidadania, liberdade e igualdade. Enquanto fórmula indutora do ressurgimento civilizacional, ecoou em geografias dispersas e conjunturas diferenciadas do sul da Europa e simultaneamente constituiu um mecanismo reactivo aos novos poderes².

Na segunda metade de Oitocentos, operava-se uma filiação estreita entre o panlatinismo e a política externa de engrandecimento preconizada por Luís Napoleão Bonaparte. Fundado no conceito de raça latina, forjado por Michel Chevalier, e no cumprimento dos objectivos do império francês, o panlatinismo surgia então como um postulado justificativo da proximidade entre unidades institucionais, políticas e sociais caracterizadas pela compartilha, em grau variável, da latinidade. Este ideário inspirou a intervenção francesa no continente americano, sem esquecer a Europa e o Mediterrâneo, contextos observados como espaço de aproximação entre civilizações distintas, através de um sistema de redes complexas, o qual, desejavelmente, seria gerador de paz permanente. Tais desideratos conduziam ainda a uma Europa reconfigurada, sob a égide da França.

Este entendimento não esgotava a complexidade e multiplicidade das concepções panlatinas surgidas em Oitocentos. Se afectas à prevalência do sistema monárquico, conforme as premissas analíticas

¹ Jean-Claude Caron, Michel Vernus, *L'Europe au 19^e siècle*, 2015, pp. 25-37.

² Paolo Benvenuto, *Panlatinisme et Latinité. Origines et Circulation*, 2015, p. 267

e geopolíticas concebidas pelo Duque de Richelieu, na esteira dos intentos reformuladores de Carlos X ou posteriormente, arreigadas à mundividência de Napoleão III, instado a estender as fronteiras da Velha Europa à totalidade das áreas regiões directa ou indirectamente tributárias das matrizes culturais, linguísticas e históricas emanadas do Império Romano, outras dimensões panlatinas não tardaram em assomar num contexto político dilacerado pelo confronto entre formas de regime monárquico e republicano, de matizes distintos. Assim e simultaneamente, o Panlatinismo logrou visões inscritas no pendor republicano democrático, como propostas de carácter alternativo aos projectos de inspiração socialista³.

Entre a década de 70 do séc. XIX e o início da Grande Guerra, a ideia de uma Europa Latina emergia e confundia-se com os anseios regeneracionistas nacionais em Espanha e em Portugal, animados pela consolidação da Terceira República francesa. A ideia de reestruturação política revolucionária, acompanhada pelo debate sobre a natureza do Estado nacional, incidia particularmente na correlação entre estado, território e fronteiras, no papel dos países ibéricos na ordem e desígnios geoestratégicos europeus, nas relações entre o Estado e a Igreja, na emergência de novos conceitos de cidadania, no papel da mulher nas sociedades peninsulares, na reconfiguração dos mercados internos e externo à luz da cooperação privilegiada entre os países latinos e respectivos espaços coloniais, de importância acrescida pelas disputas territoriais entre grandes e pequenos impérios.

De resto, este configurava o domínio preferencial da proposta apresentada por Marc-Amédée Gromier em Agosto de 1885. Nascido em 7 de Outubro de 1841⁴, no seio de uma família protestante, Marc-Amédée Gromier destacou-se pela filiação no republicanismo, a qual combinava com a adesão aos postulados de Charles Fourier sobre a sociedade oitocentista e as dinâmicas multiplicadoras da mudança através da cooperação. Formado em Letras, pela Universidade de Lyon, em 1860, o jovem Marc-Amédée dedicou-se ao ensino, uma actividade exercida em Besançon e em Tournon, complementada pelo publicismo

³ Francesca Zantedeschi, *Panlatinismes et visions d'Europe*, 2015, pp. 281-294

⁴ Falecido em Abril de 1913.

e pela participação activa na imprensa periódica. Em 1865, a defesa da causa italiana conduzia-o a integrar as hostes de Garibaldi na guerra contra os austríacos; de regresso a França, preconizava uma União Liberal, com Edgar Quinet e Jules Simon, adversária do Império, o qual criticava duramente na imprensa republicana. Consequentemente, viu-se forçado a refugiar-se no Reino Unido, até 1869. De regresso à capital francesa, revelava-se um entusiasta dos banquetes da oposição a Luís Napoleão Bonaparte como crítico das orientações governativas do Imperador, motivo de sucessivas condenações a que foi sujeito até 1870. A queda do II Império Francês representava a liberdade do autor que liderou o 74º Batalhão durante o cerco a Paris, entretanto afastado após o motim de 31 de Outubro de 1870. As publicações subsequentes, especialmente *Lettre d'un bon Rouge*, valeriam novas sentenças judiciais, com perda de liberdade e pagamento de multas ao autor. Após um périplo pelo cantão de Genebra, do qual seria expulso, e uma estada em Itália, Marc-Amédée regressava a França, em 1886.

Destacou-se então pelo activismo no movimento pacifista, observável na presença e contributos nos congressos pela paz, na publicação de folhetos e boletins ou ainda na organização de conferências. Este período ficava igualmente associado à recuperação de ideias expressas em meados dos anos 60 do séc. XIX, mormente, a Associação Económica Internacional dos Amigos da Paz. Sem actividade expressiva subsequente, esta entidade inspirava o projecto de Zollverein Mediterrânico. As premissas essenciais do movimento foram conhecidas em Agosto de 1885, data da publicação de *Alliance Latine et Zollverein Méditerranéen*⁵.

Nesta obra, Marc-Amédée Gromier estabelecia uma correlação estreita e indelével entre a capacidade operativa crescente das economias europeias e a paz duradoura no Velho Mundo. As duas premissas acompanhavam-se num processo idiossincrático assente no princípio de cooperação entre mercados e agentes comerciais associados, do qual emergiam o respeito pelo semelhante, o esforço de salvaguarda pelos bens colectivos e a indisponibilidade em aceder facilmente aos ímpetus belicosos, impulsionados pelo nacionalismo crescente e enformados à

⁵ Marc-Amédée Gromier, *Alliance Latine et Zollverein Méditerranéen*, 1885.

luz da Tríplice Aliança (1882), entendida como uma entidade sucedânea da Santa Aliança (1815), cujos efeitos nefastos eram apreciáveis no condicionamento gradual das sociedades da Europa Mediterrânica.

Na perspectiva de M-A Gromier não se perspectivava senão uma lógica reactiva à formação de um grande bloco diplomático, de expressão geográfica eminentemente continental, responsável por uma transformação geopolítica de relevo, se entendido num perímetro contextual holístico, por englobante das áreas de soberania inglesa ou as regiões por esta tuteladas e reclamadas⁶. À luz desta análise, a tendência dissolvente do prestígio político e capacidade operativa das economias da Europa do Sul só poderia ser efectivamente estancada, numa fase preliminar, e posteriormente superada através da aliança dos estados latinos. Tratava-se naturalmente de um estádio basilar, porém estruturante, no processo de estabelecimento gradual de uma nova ordem internacional, assente na harmonia e no respeito recíproco entre os vários agentes integrantes.

A prossecução do desiderato supra enunciado compelia M.A. Gromier a desatender, cautelosamente, ao perfil diferenciador dos regimes políticos vigentes na área regional a integrar. Singular, porém, pragmaticamente, o projecto do publicista republicano firmava-se numa arquitectura fundada no reconhecimento dos interesses comuns e na promoção de condições económicas tendentes à melhoria do padrão de vida dos Europeus do Sul. Por outro lado, obrava em prol de um carácter uniformizador de natureza biunívoca por simultaneamente determinante das relações económicas entre os estados membros da futura aliança e actuante na reorganização económica dos mercados tributários da união pretendida. Nesta senda, M.A. Gromier exortava Portugal, Espanha França, Itália, Montenegro, Albânia, Grécia e Roménia, além dos respectivos territórios coloniais, presentes e futuros, situados na bacia do Mediterrâneo e na África Setentrional, a aderirem a uma união aduaneira⁷.

A concretização desse propósito dependeria necessariamente da adopção prévia de sete pilares considerados essenciais, a saber, a

⁶ Marc-Amédée Gromier, *Alliance Latine et Zollverein Méditerranéen*, 1885, 7.

⁷ Marc-Amédée Gromier, *Alliance Latine et Zollverein Méditerranéen*, 1885, 8.

uniformização do calendário gregoriano; a uniformidade de pesos, medidas e moedas, associados à implementação do sistema decimal; a unificação das tarifas postais assim como das taxas telegráficas; o princípio da livre navegação no Mar Mediterrâneo, secundada pela não menos relevante gratuidade do acesso aos portos desse perímetro regional como ainda às áreas coloniais situadas na África Setentrional, aplicáveis à marinha mercante dos estados membros; a uniformidade dos preços quilométricos dos transportes, marítimos e terrestres, de mercadorias; e, por último, a abolição de passaportes e quaisquer outras medidas restritivas do trânsito interno e externo de pessoas e bens no espaço da união aduaneira almejada.

Segundo M.A. Gromier, a concepção de um espaço comercial integrado induziria ao relançamento económico das partes integrantes e, concomitantemente, a um reforço das instituições soberanas representativas das nações em presença. Esse fortalecimento, por seu turno, revestia-se de inequívoca centralidade na concretização do segundo objectivo estratégico do autor: a Federação Latina que, constituída sob a égide dos sucessivos legados do Império Romano, superava as fronteiras físicas do Velho Mundo e espraiava a Europa do Sul por parte substantiva do Novo Mundo, em face das afinidades linguísticas, culturais, históricas e étnicas entre as sociedades e os estados das áreas geográficas citadas. Não menos importante, a Federação Latina, forjada na expressão primordial mediterrânica, não se cingia necessariamente a essa compleição geográfica no contexto europeu, antes permitia-se a inclusão de estados culturalmente congéneres – a Bélgica, por exemplo.

A Aliança Latina, sob a fórmula federativa cuja estrutura, características orgânicas e lógicas de funcionamento escapavam ao esclarecimento cabal do promotor, assumia-se imprescindível na universalização de valores cimeiros que, forjados na respectiva esfera civilizacional, revelavam-se fundamentais, por progressivos, para a evolução bem-sucedida da humanidade. Tais valores consistiam na instrução, na dignificação do trabalho e na promoção do bem-estar individual bem como colectivo. Assim, a Federação Latina constituía-se como a novel instituição propulsora da Fraternidade e da Solidariedade entre os povos unidos pela mesma herança linguística,

civilizacional e cultural, eixos axiais da afinidade indutora do recurso ao princípio democrático enquanto fórmula de governação exclusiva, logo diferenciadora dos demais blocos políticos dominantes na Europa⁸.

Aos olhos de M.A. Gromier, os méritos exultantes da denominada raça latina consistiam na determinação das mundividências contemporâneas como no estabelecimento dos fundamentos essenciais das estruturas políticas, administrativas e jurídicas das sociedades mais avançadas. Por último, a raça latina desempenhara um papel fundamental na vulgarização deste edifício conceptual como fora essencial na redefinição das dinâmicas e configurações geopolíticas em presença no final de Oitocentos⁹, conforme se observava no apoio francês à independência dos Estados Unidos da América¹⁰. Porém, a missão encetada por Roma, retomada pela França das Cruzadas, evocada por Dante, popularizada por Rabelais, cantada por Camões, transformada em romance por Cervantes e usada por Montaigne, Rousseau, Voltaire e Volney nas formulações teóricas tornadas dominantes pelos descendentes da Revolução de 1789¹¹, não findara. E, simultaneamente, perigava ante os propósitos expansionistas ingleses e germânicos.

A solução residia na aliança latina, uma hipótese acarinhada por uma plêiade de intelectuais portugueses dispostos a corroborar os propósitos de Marc-Amédée Gromier. Na esteira dos contactos estabelecidos em Portugal, o impulsionador da Federação Latina divulgava a rede promotora da Aliança no território nacional, constituída por um núcleo numericamente limitado e politicamente heterogêneo, em observância do princípio de neutralidade sobre os regimes políticos vigentes na Europa do Sul. O grupo português era formado por Reis Dâmaso, correspondente dilecto de M. A. Gromier, Heliodoro Salgado, Carrilho Videira, Eduardo Coelho, João Crisóstomo Melício, Teixeira Bastos e Teófilo Braga¹².

⁸ Marc-Amédée Gromier, *Alliance Latine et Zollverein Méditerranéen*, 1885, 9-10.

⁹ Marc-Amédée Gromier, *Alliance Latine et Zollverein Méditerranéen*, 1885, 14.

¹⁰ Marc-Amédée Gromier, *Alliance Latine et Zollverein Méditerranéen*, 1885, 12.

¹¹ Marc-Amédée Gromier, *Alliance Latine et Zollverein Méditerranéen*, 1885, 14-15.

¹² Marc-Amédée Gromier, *Alliance Latine et Zollverein Méditerranéen*, 1885, 28. M.A. Gromier identificava igualmente periódicos portugueses comprometidos com a causa da Aliança Latina a saber, *O Povo*, *A Discussão A Justiça do Povo* e a *Democracia*.

A recepção da Aliança Latina em Portugal

O elenco referido por M.A. Gromier caracterizava-se pela heterogeneidade política e ideológica, apesar da inequívoca prevalência da componente republicana face à monárquica. Efectivamente, a ideia de uma proximidade cumulativa às sociedades e mercados continentais europeias bem como a inserção plena da economia portuguesa na ordem progressiva do Velho Mundo, constituía um desiderato estratégico do Fontismo¹³. Consequentemente, a dinâmica de aproximação integradora, apesar dos impactos indesejáveis intrínsecos – o aumento da concorrência externa no mercado português, por exemplo – conferiam um pendor legitimizante ao programa desenvolvimentista nacional, estribado no ímpeto cosmopolita. Neste articulado, avultava a relevância das relações luso-espanholas, materializadas em dinâmicas económicas e sociais, basilares para a constituição de um mercado ibérico, uma realidade resultante da circunstância geográfica a qual funcionava, simultaneamente, como o garante da preservação identitária nacional face à Espanha.

Tais ideias grassavam entre a elite regeneradora, com incidência crescente, na década de 80 do séc. XIX, propiciadas pela apreciação das dinâmicas comerciais em curso na Europa bem como das mutações nas relações económicas e financeiras operadas entre o Velho e o Novo Mundo e agravadas pela crise política, colonial e diplomática surgida entre os aliados multisseculares, Portugal e o Reino Unido, em Janeiro de 1890. O rescaldo dessa crise induziria a um protagonismo renovado da Espanha nas opções políticas nacionais, conforme se apreciava nas declarações do executivo chefiado por Hintze Ribeiro, consubstanciadas na celebração do Tratado de Comércio e Navegação entre as duas potências ibéricas, em Março de 1893 e ratificado pelo parlamento português em Setembro do mesmo ano¹⁴.

Entre os defensores das virtualidades do referido convénio destacava-se João Crisóstomo Melício¹⁵, cuja atenção às dinâmicas

¹³ Teresa Nunes, Fontes Pereira de Melo, 2004.

¹⁴ Teresa Nunes, “A Espanha na Diplomacia Comercial Portuguesa na Segunda Metade do séc. XIX e o tratado de Comércio e Navegação de 1893”, 1-19.

¹⁵ João Crisóstomo Melício, 1º Visconde de Melício (1837-1890). Membro do Partido Histórico e, posteriormente, do Partido Progressista, na sequência do Pacto da Granja (1876).

comerciais europeias inspirava as análises publicadas no *Comércio de Portugal*, periódico no qual celebrava o alcance exponencial do Tratado de Comércio e Navegação entre Portugal e Espanha. Com regozijo, o *Comércio de Portugal* sublinhava a relevância estratégica da deslocação do casal régio português à corte espanhola, como “manifestação franca e sincera de cordialidade [...] entre os dois povos e meio de acentuar a aproximação política e económica, no espírito de uma cooperação leal e desinteressada, [...] indicada das últimas fases porque tem passado a política externa”¹⁶ de ambas as potências.

Neste contexto, o articulista apelava à memória das teses anteriormente defendidas pelo Visconde de Melício no *Comércio* – “Sempre previmos que as duas nações peninsulares, irmãs e amigas, adstritas às suas tradições de independência e liberdade [...] mas compreendendo a humanidade dos seus destinos, se deviam entender para mutuamente se protegerem e defenderem e para juntas reconquistarem o seu lugar entre as nações”¹⁷. Nessa conformidade, a primeira visita externa oficial do reinado de D. Carlos I¹⁸ “pode e deve ser o início dessa aproximação”¹⁹, cujo alcance europeu era sucessivamente enfatizado na análise das negociações entre Portugal e o Império Alemão, sobre a celebração do tratado de comércio e navegação entre essas potências, um intento concretizado em 1908²⁰.

Nos meios republicanos, o projecto de Aliança Latina, de M.A Gromier, merecia um especial interesse da sensibilidade federativa desse movimento político e, no âmago do mesmo, emergia a figura de Sebastião de Magalhães Lima²¹, então reconhecido pela divulgação do ideário federal como mecanismo de salvaguarda da paz e equilíbrio no Velho Continente. Esses propósitos materializavam-se em várias obras como *O Socialismo na Europa*, prefaciado por Benoit Malon, de

¹⁶ “Portugal e Espanha”, *Comércio de Portugal*, nº 3950, 21 de Setembro de 1892, p. 1.

¹⁷ “Portugal e Espanha”, *Comércio de Portugal*, nº 3950, 21 de Setembro de 1892, p. 1.

¹⁸ Teresa Nunes, “Monarquía, República y Diplomacia, 69-96.

¹⁹ “Portugal e Espanha”, *Comércio de Portugal*, nº 3950, 21 de Setembro de 1892, p. 1.

²⁰ “Tratados – a propósito do tratado com a Alemanha. Carta do Visconde de Silves”, *Comércio de Portugal*, nº 4113, 7 de Abril de 1893, p. 1.

²¹ Teresa Nunes, Sebastião de Magalhães Lima, 217-220; António Ventura, Sebastião de Magalhães Lima, 2011.

1892, *O Livro da Paz*, com prefácio de Émile Arnaud, Presidente da Liga da Paz e da Liberdade, de 1895, *A Obra Internacional*, de 1896, com tradução francesa no ano seguinte, *Paz e Arbitragem*, de 1897 e *O Federalismo*, de 1898. Porém, também nas inúmeras conferências, algumas posteriormente divulgadas em opúsculo como *A República e o Socialismo. Conferência realizada no Ateneu Comercial* em 13 de Maio de 1894 ou *A Paz e a Guerra. Conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa* em 13 de Fevereiro de 1900.

As premissas analíticas de Sebastião de Magalhães Lima fundavam-se em três postulados essenciais sobre a evolução política europeia pós 1870, a saber: a afirmação do paneslavismo no leste do Velho Continente, com expressão na Ásia Central e nos Balcãs, a projecção belicista do pangermanismo, com propósitos de controlo militar da Europa ocidental e, não menos relevante, as aspirações imperialistas hegemónicas formuladas pela Inglaterra no âmbito extraeuropeu. A resposta às tensões de Paz Armada, propiciadas pela política externa do Império Alemão e pela apetência colonial hegemónica inglesa, consistia na congregação das sociedades latinas no âmbito europeu, a concretizar sob a égide do sistema federal. Esta visão panlatinista, perfilhada por Benoit Malon, Ruiz Zorrilla ou Ernst Bark, ecoou em Portugal, na intelectualidade republicana, mormente em Latino Coelho, Teixeira Bastos, Teófilo Braga, José Jacinto Nunes, Horácio Ferrari ou Consiglieri Pedroso, entre outros.

Sebastião de Magalhães Lima pugnava pela formação da Federação Ibérica, estádio primordial da União Ocidental, definida como a união dos povos latinos da Europa e da América. Segundo enunciava em *Pela Pátria e Pela República*, publicado em 1890, o desiderato da Federação Latina residia no restabelecimento da paz, através da razão e do direito, na afirmação da democracia e na criação de um bloco geopolítico capaz de contrabalançar a Tríplice Aliança. Nessa medida, a criação da Federação Ibérica, entenda-se a aplicação dos princípios federativos à península uma vez instaurada a ordem republicana, garantia prossecução ao estádio preliminar, mas crucial, para a estabilização política da Europa. Imposta pela geografia, pela história, pelas tradições, afinidades, condições etnográficas e etnológicas transversais nas sociedades peninsulares²²,

²² Lima, *Pela Pátria*, 9.

a Federação Latina favorecia a consolidação das soberanias nacionais ameaçadas²³ e dos interesses geoestratégicos dos dois países ibéricos no âmbito extraeuropeu. A natureza basilar deste instrumento de solidariedade europeia não iludia a relevância concedida pelo autor à Aliança Latina e à União Mediterrânica, apresentada por Gromier, em gestação nos finais de Oitocentos. Perfilhada por Lima, a referida União era amplificada e defendida na obra *Pela Pátria*²⁴.

Escassos cinco anos volvidos, Sebastião de Magalhães Lima recuperava a temática com a publicação de uma obra intitulada *La Fédération Ibérique*, prefaciada por Auguste Vacquerie. Reiterando os fundamentos e propósitos do princípio federativo no contexto da Paz Armada, Lima enfatizava a particular pertinência do mesmo para as nações pequenas, cuja independência dependia exclusivamente das alianças baseadas no interesse das populações bem como nas legítimas afinidades entre os membros subscritores²⁵. Acrescia, por outro lado, a ideia federativa enquanto garante do sistema republicano, complementando-o enquanto mecanismo jurídico capaz de promover a harmonia internacional. Tais pressupostos proporcionariam a proximidade inexorável entre portugueses e espanhóis, apesar dos obstáculos resultantes da actuação dos regimes monárquicos, das opções diplomáticas da Grã-Bretanha e, conseqüentemente, das animosidades populares, surgidas da interacção dos factores previamente enunciados. Dilatando o espectro analítico, Lima encontraria idêntica artificialidade nas motivações das rivalidades verificadas entre França e Itália, justificadas unicamente pela necessidade de afirmação e salvaguarda no sistema monárquico italiano.

Neste articulado, observe-se a notoriedade concedida às decisões do Congresso de Badajoz, realizado em 24 de Junho de 1893²⁶, cujo impacto interno polémico ditava a redefinição das estratégias do Partido Republicano Português face à Espanha e ao entendimento de um movimento revolucionário conjunto. Assim, em 1895, a defesa indómita do ideal federalista enquanto estádio civilizacional superior

²³ Lima, *Pela Pátria*, 111.

²⁴ Lima, *Pela Pátria*, 109-110.

²⁵ Lima, *La Fédération*, 4.

²⁶ Lima, *La Fédération*, 258.

a protagonizar pelas nações latinas da Europa, na esteira dos legados históricos da liberdade, do direito e da razão, ficava aquém do acolhimento consensual entre os cultores do republicanismo português, conforme se apreciaria no postulado do Grupo Republicano de Estudos Sociais.

Sebastião de Magalhães Lima persistiria, porém, arreigado à visão do federalismo europeu escorado na cooperação dos países latinos, convicções reformuladas no contexto da Grande Guerra. Definindo o conflito como uma guerra de ideias, de liberdade contra o despotismo, do direito contra a iniquidade de tudo quanto constitui a luz latina contra as trevas germânicas²⁷, o autor participava no Congresso dos intelectuais latinos, realizado na cidade de Paris, em Maio de 1916, para exortar à necessidade de construir as bases da União política entre as seis nações latinas da Europa. Porém, a situação criada pela beligerância induzia Lima a retomar da fórmula de União Ocidental, segundo as premissas de Auguste Comte, tornada assim extensível à Inglaterra.

Esta redefinição geoestratégica da aliança latina²⁸ correspondia à relevância desempenhada pelo Atlântico na beligerância dos oponentes aos impérios centrais. Simultaneamente, reflectia uma revalorização do papel de Portugal como vínculo primordial entre a Europa e a Inglaterra bem como entre a Europa e o Brasil. Na prática, arvorava a bandeira da União perpétua de todos os povos atlânticos, socorrendo para tal das ideias de Bettencourt Rodrigues²⁹, as quais replicava nos fundamentos essenciais: 1º a União Latina, justificada não apenas em termos de defesa comum, mas como necessidade moral, por oposição à barbárie germânica; 2º a afirmação da União Latina como o passo primordial da União Anglo-Latina; 3º a estreita aliança política, intelectual e económica tornada indispensável pela Grande Guerra, entre os povos anglo-saxónicos, ingleses e americanos, e os povos da raça latina, da Europa e da América³⁰.

As convicções do Autor sobre a derrota alemã dominavam o último capítulo desta obra: em “A União Ocidental e a Sociedade das Nações”

²⁷ Lima, *L'Effort*, 10.

²⁸ Lima, *L'Effort*, 76-77.

²⁹ Bettencourt Rodrigues, *Uma Confederação Luso-Brasileira*, 1923.

³⁰ Lima, *L'Effort*, 38.

dedicava-se a um exercício subordinado às condições subjacente à paz duradoura. Segundo expressava, de Kant a Wilson, a visão respeitante à estrutura supranacional de salvaguarda da paz enfermava de duas leituras, igualmente incorrectas, a utópica ou, em oposição, a imediatamente realizável. Sebastião de Magalhães Lima contrapunha uma perspectiva gradualista, forjada na união preliminar entre as nações vencedoras sob a égide do regime democrático, a protagonizar numa fase inicial pela Inglaterra, Bélgica, França, Itália, Portugal, Estados Unidos e Brasil. Evocando os trabalhos de Rodrigues de Freitas, sobre as organizações sociais, exortava à constituição de um sistema diplomático bilateral, inspirado nas cláusulas de consulta prévia constantes no tratado russo-japonês de 3 de Julho de 1916, como basilar da arquitectura multilateral a implementar pela Sociedade das Nações.

No período de superação do conflito mundial, Lima defendia o federalismo como o alicerce primordial da futura Sociedade das Nações, sem o qual a referida entidade ficaria privada de solidez e operacionalidade. Sem hesitações, auspiciava: “se o Ocidente não forma a Sociedade das Nações integrada no contexto democrático, a Alemanha formará amanhã a Sociedade das Nações, na escravatura das autocracias demagógicas”³¹.

Considerações Finais

O desenvolvimento da indústria na Europa de Oitocentos agudizou as clivagens económicas e sociais crescentes observáveis entre distintas áreas regionais do Velho Mundo. Tal dinâmica comportava alterações substantivas no perímetro das relações diplomáticas dos estados europeus, com especial incidência na almejada subalternização da França, um desígnio indelével da política externa bismarckiana, legado perenizado ainda pela Política Mundial de Guilherme II. Concomitantemente, o primado industrial e comercial da Inglaterra, escorada na força da libra esterlina e a consagração da praça financeira de Londres, induziam à rivalidade política e imperial anglo-francesa. Decerto, a emergência dos postulados darwinistas sociais, engendrados no rescaldo da queda do Segundo Império Francês, um momento de particular fragilidade

³¹ Lima, *L'Effort*, 77.

da França, à mercê da ocupação militar estrangeira e ao pagamento de avultadas indenizações de guerra, às quais acresciam ainda a amputação territorial incidente sobre a Alsácia Lorena, favoreciam a reabilitação do panlatismo.

Longe das visões postuladas no início de Oitocentos, na senda da reconversão da monarquia francesa à luz dos princípios absolutista, ou da reconfiguração europeia sob o primado imperial da França como réplica à concorrência inglesa, observável nas décadas de 50 e 60 do séc. XIX, o movimento panlatino conquistava outras sensibilidades políticas e ideológicas que, a breve trecho, reconfiguravam os objectivos dessa corrente sem mácula expressiva dos caracteres identitários basilares.

Assim, o projecto de aliança latina formulado por Marc-Amédée Gromier revestia-se de pragmatismo, uma orientação ditada pelo reconhecimento das diferenças institucionais intrínsecas aos estados considerados legatários directos da herança da cultura clássica no Velho Mundo. A essas potências, M.-A. Gromier propunha uma fórmula de proximidade assente em parâmetros similares às bases fundadoras do Zollverein alemão, inaugurado em 1 de Janeiro de 1834, cujo êxito fora um dos eixos determinantes da constituição do Império Alemão, em 1871. Decerto, tais premissas eminentemente funcionais surgiam ajustadas ao contexto geográfico a privilegiar nas reações entre os Estados latinos da Europa.

No entanto, o desígnio de (re)instaurar a ordem latina no Mar Mediterrâneo, extensível à bacia respectiva, não iludiam outros factores determinantes para o fortalecimento da projecção da Europa do Sul na dinâmica política imperialista prevalecente em finais de Oitocentos. Tal propósito inspirava Gromier a supor o alargamento da aliança latina às áreas de afinidade cultural, histórica, linguística e social entre os membros da futura aliança e os países da denominada América Latina. Ou ainda entre a Europa do Sul e os culturalmente congêneres do Norte.

A ideia de Europa Latina, fundada num mercado amplo e multifacetado, assente na livre circulação de pessoas e mercadorias, congregou atenções e angariou o acolhimento de monárquicos e republicanos portugueses. Entre os primeiros, sublinhavam-se o 1º Visconde de Melício, entusiasta da ligação preferencial a Espanha enquanto fórmula de suplantar a tendencial ascendência inglesa sobre

a economia portuguesa. Tais propósitos eram igual e francamente postulados por Hintze Ribeiro, o presidente do executivo português empenhado, com êxito na celebração do convénio de comércio e navegação com Espanha, em Março de 1893. Na perspectiva dos autores monárquicos, a ligação comercial com o parceiro ibérico cumpria o propósito de induzir uma relação económica privilegiada subsequente com os estados da bacia mediterrânica, desejavelmente sob a forma de união aduaneira capaz de impulsionar dinâmicas de investimento e disseminação de tecnologia, essencial para incremento da industrialização das áreas europeias menos desenvolvidas.

No movimento republicano, o panlatinismo de Gromier mobilizava defensores ardentes entre o grupo federalista. No entanto, ao pragmatismo da proposta francesa, Sebastião de Magalhães Lima contrapunha uma perspectiva holística, assente na reconfiguração política da Europa do Sul através da generalização do regime republicano. Convicto nas virtualidades da expansão das fronteiras da Europa através da inclusão dos Estados da América Latina, Magalhães Lima concebia o âmbito geográfico ibérico como basilar no processo de integração federativa. Assim, a Federação Ibérica constituía a etapa basilar das dinâmicas subsequentes, entre a entidade ibérica e os demais países latinos europeus, entre os Estados Europeus e os congéneres da América Central e do Sul; por último entre as várias metrópoles e respectivos sistemas imperiais, nos contextos africanos e asiáticos.

Na concepção de Magalhães Lima, a natureza étnica e geográfica heterogénea do bloco latino e a orgânica federativa, estribada no princípio democrático, imprimiam um carácter diferenciador inequívoco antes os sistemas imperiais oponentes germânico, inglês e russo. A Grande Guerra proporcionava mutações relevantes no pensamento do autor, então motivado a redesenhar o bloco latino com a inclusão do antigo adversário inglês e respectivas áreas de influência preferencial, como os Estados Unidos da América.

Estas mudanças, ditadas pela conjuntura bélica, não iludiam as dificuldades inerentes à imposição da nova ordem mundial. Esperançoso no papel da Sociedade das Nações, Magalhães Lima instava novamente à emergência do bloco latino europeu que, organizado à luz do princípio federativo, funcionaria como o garante do legado civilizacional do

Velho Mundo na nova ordem mundial e, simultaneamente, do novel sistema multilateral.

Bibliografia

- Benvenuto, Paolo, *Panlatinité et Latinité. Origines et Circulation d'un projet d'unification européenne, entre réminiscences napoléoniennes et mythe de la race. Europe de Papier. Projets Européens au XIXe siècle*, dir. Sylvie Aprile, Cristina Cassina, Philippe Dariulat, René Laboulté, Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, 2015, pp. 267-280.
- Bettencourt Rodrigues, António, *Uma Confederação Luso-Brasileira: factos, opiniões e alvitres*, Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1923.
- Caron, Jean-Claude, Vernus, Michel, *L'Europe au 19^e siècle. Des Nations aux Nationalismes (1815-1914)*, Paris, Armand Colin, 2015, pp. 25-37.
- Gromier, Marc-Amédée, *Alliance Latine et Zollverein Méditerranéen*, Florence, Imprimerie Joseph Pellas, 1885.
- Lima, Sebastião de Magalhães, *Pela Pátria e Pela República*. com retrato do autor e prefácio de J. M. Latino Coelho, Porto, Casa Editora Alcino Aranha e Comp., s.d [1890].
- Lima, Sebastião de Magalhães, *La Fédération Ibérique*. Lettre-préface d'Auguste Vacquerie, Paris, Imprimerie Gautherin e Comp., 1895.
- Lima, Sebastião de Magalhães, *L'effort portugais et l'Union Occidentale*. Avec une introduction d'Antoine Petit, Auxere, Imprimerie Gallat, 1918.
- Nunes, Teresa, “Monarquía, República y Diplomacia: Portugal en la Fiesta de España (Del 9 al 18 de Noviembre de 1892)”, *Las Monarquías de la Europa Meridional Ante el Desafío de la Modernidad (siglos XIX y XX)*, Zaragoza, Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2020, 69-96.
- Nunes, Teresa, “Sebastião de Magalhães Lima”, *Dicionário das Grandes Figuras Europeias*, coord. por Isabel Baltazar, Lisboa, Assembleia da República, 2019, pp. 217-220.
- Nunes, Teresa, “A Espanha na Diplomacia Comercial Portuguesa na Segunda Metade do Séc. XIX e o Tratado de Comércio e Navegação de 1893”, *História* (São Paulo), vol. 36, 2017, pp. 1-19.
- Nunes, Teresa, *Fontes Pereira de Melo*, Lisboa, Planeta De Agostini, 2004.

“Portugal e Espanha”, *Comércio de Portugal*, n.º 3950, 21 de Setembro de 1892, p. 1.

“Tratados – a propósito do tratado com a Alemanha. Carta do Visconde de Silves”, *Comércio de Portugal*, n.º 4113, 7 de Abril de 1893, p. 1.

Ventura, António, *Sebastião de Magalhães Lima. Um Idealista Impenitente*, Lisboa, Assembleia da República, 2011.

Zantedeschi, Francesca, *Panlatinismes et Visions d’Europe, 1860-1890. Europe de Papier. Projets Européens au XIXe siècle*, dir. Sylvie Aprile, Cristina Cassina, Philippe Dariulat, René Laboulté, Villeneuve d’Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, 2015, pp. 281-294.